

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS –UEA- CENTRO
DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS (CESP) TRABALHO
DE CONCLUSÃO DE CURSO (LICENCIATURA PLENA EM
GEOGRAFIA)**

**PROCESSO DE PRODUÇÃO DE MORADIA POPULAR: DA
OCUPAÇÃO DO PASCOAL ALAGGIO NO MUNICÍPIO DE
PARINTINS/AM**

DARLAN MACHADO GONÇALVES

PARINTINS-AM, 2022

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS –UEA- CENTRO
DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS (CESP) TRABALHO
DE CONCLUSÃO DE CURSO (LICENCIATURA PLENA EM
GEOGRAFIA)**

DARLAN MACHADO GONÇALVES

**PROCESSO DE PRODUÇÃO DE MORADIA POPULAR: DA
OCUPAÇÃO DO PASCOAL ALAGGIO NO MUNICÍPIO DE
PARINTINS/AM**

Esta pesquisa destina-se a obtenção de nota parcial da disciplina Trabalho de conclusão de curso (TCC), ministrada pela Prof^a. Dr^a Tatiana Rocha Barbosa do Curso de Licenciatura Plena em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr. Tatiana Rocha Barbosa

PARINTINS-AM, 2022

PROCESSO DE PRODUÇÃO DE MORADIA POPULAR DA OCUPAÇÃO DO PASCOAL ALAGGIO NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM

**Darlan Machado
Gonçalves**

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo abordar a questão da luta por moradia digna no município de Parintins-AM e discorrer sobre a importância dos movimentos sociais, como instrumento de luta nas ocupações que surgiram nas últimas décadas na cidade, em específico nas próximas ao bairro Pascoal Alaggio. Trabalha-se também a história das políticas habitacionais no Brasil para solucionar esta problemática, em bora este processo esteja longe de ser resolvido, muitos grupos de famílias buscam forças com os movimentos sociais e vão à luta afim de conseguir acesso a moradia mesmo não sendo de forma legal e digna, logo que por lei é um direito de todos terem acesso à habitação com os mínimos recursos possíveis de infraestrutura.

Palavras chaves: Moradias, Luta, Movimentos Sociais

Abstract: This research aims to address the issue of struggle for decent housing in the municipality of Parintins-AM and discuss the importance of social movements, as an instrument of struggles in the occupations that have emerged in recent decades in the city, specifically in those close to the Pascoal Alaggio neighborhood. The history of housing policies in Brazil is also worked on to solve this problem, although this process is far from being resolved, many groups of families seek strength with social movements and go to fight in order to gain access to housing even though it is not legal and dignified, since by law it is a right for everyone to have access to housing with the least possible infrastructure resources.

Keywords: Housing, Struggle, Social Movements

Sumário

Introdução.....	5
Justificativa.....	6
Objetivos.....	7
1 ESPAÇO URBANO: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO.....	8
1.1 PARINTINS – UM POUCO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	1
1.2 QUESTÃO DA MORADIA POPULAR.....	11
1.3A QUESTÃO DA MORADIA POPULAR EM PARINTINS.....	16
2 Movimentos que surgiram durante e após a Ditadura Militar.....	18
2.1 As Pautas dos Movimentos Sociais: direitos trabalhistas, direitos das mulheres e direito a terra.....	22
2.2 As pautas da moradia social no Brasil.....	26
2.3 A questão da moradia social nos dias atuais e Movimentos sociais.....	29
3 Movimentos sociais em Parintins-AM: na ocupação do Pascoal Alaggio.....	31
3.1 Movimentos Sociais no Município de Parintins-AM.....	32
3.2 Movimentos Sociais Voltados Para a Questão da Moradia Popular no Município de Parintins-AM.....	35
3.3 Movimentos sociais em Parintins-AM: Na ocupação do Pascoal Alaggio.....	38
Considerações finais.....	43
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender **o Processo de Produção de Moradia Popular da Ocupação do Pascoal Alaggio no Município de Parintins/AM** e o foco desta pesquisa será abordar questões relacionadas ao direito à habitação, através dos movimentos sociais e as lutas por moradias que infelizmente é a realidade de muitas famílias brasileiras e que enfrentam esta problematização desde há muito tempo.

A luta por moradia resulta-se em reivindicações organizadas por movimentos sociais, e estas ações são frutos de atos coletivos sustentados e organizados por grupos na sociedade, que lutam por interesses em comum. Eles resultam de lutas em defesa de causas sociais ou políticas buscando defender e garantir seus direitos na sociedade.

Sabendo destas questões, o objetivo geral da pesquisa é fazer uma análise para identificar a existência desse processo na ocupação do Pascoal Alaggio no Município de Parintins/AM, através de pesquisa de campo qualitativa (entrevista) realizada na ocupação.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, no primeiro trabalha-se o espaço urbano e a definição de produção e reprodução, tendo como base estas compreensões, adiante será discutido um pouco sobre a produção do espaço urbano do município de Parintins-AM e finalmente iniciar um tópico voltado para a questão da moradia popular e encerrando o primeiro capítulo com a discursão sobre as causas da moradia popular na cidade de Parintins.

No segundo capítulo, será abordado um breve contexto do surgimento dos movimentos sociais no Brasil, os quais se constituíram a partir da Ditadura Militar, ocorrida entre 1964 a 1985, do mesmo modo discorrer sobre as pautas dessas organizações sociais como: dos direitos trabalhistas, das mulheres e dos direitos à terra.

E especificando as pautas da moradia social no Brasil e no final abordar a questão da moradia social nos dias atuais.

E por fim, no último capítulo da pesquisa, traz-se, abordagens em relação aos movimentos sociais na ocupação do Pascoal Alaggio. Para início apresenta-se alguns movimentos sociais do município de Parintins e em seguida relata-se estas ações voltadas somente para a questão da moradia na cidade e a pesquisa se encerra com os relatos de moradores/lideranças sobre o movimento existente que se estruturou na ocupação do bairro Pascoal Alaggio.

Justificativa

O processo de urbanização refere-se ao crescimento das cidades, tanto em relação à população, quanto em extensão territorial e se trata de um processo em que o espaço rural se transforma em espaço urbano, ocorrendo a migração populacional. Por outro lado, a aceleração da urbanização com base em Silva e Macêdo (2009, p.10) veio acompanhada de “crescimento urbano desordenado, ocasionando inúmeros problemas socioambientais, como a multiplicação de bairros com infraestrutura deficiente, o processo de favelização, habitações situadas em áreas de risco e alterações nos sistemas naturais”.

Dessa forma, quando a urbanização não tem uma infraestrutura básica adequada (água, esgoto, luz, pavimentação) passa a ser considerado como áreas pobres e marginalizadas ocupadas por pessoas de baixa renda, como as chamadas “ocupações”.

As ocupações tornaram-se constantes nos dias atuais, e podem ser compreendidas como a “reapropriação social” de espaços abandonados como solução para as mais distintas necessidades, dentre elas de moradia, trabalho, lazer e lutas políticas e sociais. Desse modo, as ocupações são formas de luta pelo direito à cidade, sobretudo, direito à moradia (CAMINHA, 2018).

No contexto amazônico, especificamente em Parintins/AM, as ocupações tem sido uma das problemáticas sociais mais frequentes nas últimas décadas. Dentre a mais recente está a ocupação do Pascoal Alaggio, localizada na zona oeste da sede municipal, e teve início no dia 03 de junho de 2016, com a participação de mais ou menos cem famílias. Conforme o tempo, o número de ocupantes foi aumentando, chegando a aproximadamente mil famílias em menos de quatro anos.

Atualmente a ocupação do Pascoal Alaggio não é regularizada, pois não houve uma negociação oficial com os proprietários Manoel Esteves e Lady Laura, embora muitas foram as tentativas por parte das lideranças em regularizar a área ocupada, porém até nos dias atuais não obterão êxito nas tentativas de acordo.

Apesar da área não ser regularizada, a maior parte das famílias que ali se encontram já têm acesso, mesmo de forma inadequada, à água e energia elétrica. No entanto, apresenta riscos, pois as fiações e portes, por exemplo, são improvisados pelos próprios moradores, causando dentre outros problemas em quedas de energia e queima de eletrodomésticos. Por outro lado, o acesso à energia facilitou o surgimento de pequenos comércios como padarias, bares, vendas de madeira, boxes etc.

Contudo, os moradores tem dificuldades de locomoção, visto que as ruas não são pavimentadas, apesar de todas possuírem nome, e alagam principalmente no período da chuva, além de muitas delas serem tomadas por matos e lixos atraindo para às casas animais peçonhentos e deixando os ocupantes mais vulneráveis às doenças.

Em relação às casas dos moradores, percebe-se que há uma quantidade significativa de residências de alvenaria, todavia, a maioria são de madeira e em precárias condições. Ademais, os terrenos são divididos por lotes e medem aproximadamente 10x30 cada um.

Diante desta breve exposição, foi possível constatar a importância de um estudo voltado especificamente para o processo de produção das moradias populares da ocupação do Pascoal Alaggio, por compreender, primeiramente, que se faz necessário levar essa temática tão presente no contexto parintinense para às universidades, pois são ínfimos os trabalhos acadêmicos relacionados ao tema.

Segundo, por acreditar que as pessoas têm direito à moradia adequada e infraestrutura básica para se viver com dignidade. Dessa forma, este trabalho tem o intuito de despertar o interesse de futuros pesquisadores e a sociedade em geral na produção de conhecimento, e de alguma forma influenciar na melhoria das condições de vida desta população.

Objetivos:

Objetivo Geral

Analisar o processo de moradia popular da ocupação do Pascoal Alaggio no Município de Parintins/AM.

Objetivos Específicos:

- Realizar levantamento histórico do processo de ocupação para moradias populares;
- Identificar a existência de movimentos sociais que lutam pela questão da moradia
- Verificar a organização social/interna da ocupação no Pascoal Alaggio

1 ESPAÇO URBANO: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

Para compreender o significado de Espaço Urbano é possível destacar algumas características que o determina. Corrêa (2004, p.01) o define como “centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão, áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social, áreas de lazer [...]”. Explica que estes processos de usos da terra se trata da organização espacial do espaço urbano, no qual ocorre através da separação, sobretudo, das condições sociais, um conjunto de símbolos e campo de lutas que a própria sociedade concretiza nas formas espaciais produzidas e reproduzidas pelas relações humanas.

Sabendo disso, entende-se que o espaço é habitado, transformado e utilizado pelo ser humano, através dessas ações o mesmo pode ser definido como um ambiente ou uma área urbana. Em outras palavras, conforme pondera Freitas (2011), o espaço urbano configura-se também como espaço de práticas políticas e culturais.

O desenvolvimento da cidade, e conseqüentemente a produção e reprodução do espaço urbano, nem sempre ocorre de forma planejada e ordenada, desde as grandes metrópoles às cidades de médio e pequeno porte. Este desenvolvimento é dinâmico, dialético, determinado pelas relações sociais que se estabelecem, as quais em sua maioria são conflituosas, envolvendo relações de poder de natureza política ou não, determinadas pelo modo de produção capitalista e sua acumulação desigual. “A produção do espaço urbano, ou da cidade, é conseqüência da busca pela satisfação dos desejos e ‘interesses’ dos seus cidadãos em diferentes tempos e circunstâncias” (SILVA e VEIGA, 2019, p.142).

O processo da produção e a reprodução espacial, tendo como base os estudos de Lustoza (2012) o qual entende que é através das relações sociais que ocorre a

reprodução dos espaços urbanos, a (re)produção aqui mencionadas, tratam-se das modificações, configurações, domínios e principalmente o consumismo, ou seja, características estas que predominam no espaço urbano. Acerca desse entendimento, Damião (2014, p.60) aponta que “o ambiente vira mercadoria ao mesmo tempo que o espaço é visto como lugar de investimento, de estratégia e de valorização ou desvalorização no sentido capitalista”.

No que tange o espaço urbano capitalista, Corrêa (2004) pontua que se trata como um produto social resultado de ações complexas acumuladas através do tempo criadas por agentes que atuam na produção no mesmo tempo que consomem o espaço, este ato de complexidade contém práticas que induzem um constante procedimento de reorganização espacial, que se encaminha através de integração de novas terras, configurações no solo urbano, danificação de certas áreas e modificação do ambiente.

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 2004 ,p.11).

Estas configurações do espaço a partir dos estudos de Corrêa (2004) são produzidas por agentes responsáveis pela definição e redefinição das cidades. Destaca-se o Estado, além das grandes indústrias e grupos sociais excluídos. Entende-se que estes agentes sociais além de atuarem na produção do espaço urbano, possuem diferentes estratégias que geram conflitos entre eles.

No que diz respeito ao Estado para o autor mencionado, este agente produz os ambientes urbanos e atua diretamente na organização espacial, estabelecendo projetos e criando as leis que irão agir diante desse processo. Desse modo, “o estado dispõe de um conjunto de instrumentos que podem empregar em relação ao espaço urbano” (CORRÊA, 2004, p.04). As grandes indústrias, por sua vez, são grandes consumidores do espaço, pois entende-se que esse procedimento ocorre através do modo de produção capitalista, ocasionando transformações no ambiente, a exemplo da rápida urbanização do território, sobretudo, carecem de amplas terras com valores acessíveis que atendam as condições locais para exercer as atividades de seus empreendimentos.

E por último, os grupos sociais excluídos que são entendidos como pessoas ou famílias de baixa renda que não têm acesso ou poucas condições de pagar o aluguel, ou

até mesmo de comprar um imóvel, e acabam se deslocando para ocuparem as velhas residências. Para Corrêa (2004) são gentes excluídos do espaço urbano, ou seja, é a partir dessas dificuldades que esses agentes produzem o espaço, como por exemplo, as favelas.

Para Negri (2008) pensar o espaço urbano através da organização espacial das classes sociais reduz muitas problematizações na sociedade tanto nos aspectos econômicos, políticos e ideológico. Dentre eles, destacam-se: a “pobreza, miséria, violência, degradação ambiental e social, exclusão, desemprego, falta de moradia, favelização, periferização, segregação, insuficiência de transporte adequado, entre outros” (p.129).

No que se refere à segregação em termos espaciais, Corrêa (2004) entende que é um processo de concentração de uma determinada classe social em uma parte do território significando um ambiente marcado pela individualidade tanto nos aspectos físicos quanto culturais. Ou seja, é resultado das competições dos diferentes grupos sociais que motiva os espaços de dominação.

Cada vez mais a cidade é lugar de atuação dos agentes de produção do espaço. Uma vez humanizados, esses espaços refletirão na sua arquitetura e na sua organização o padrão de desenvolvimento da complexidade das relações sociais. Este padrão ocorre por meio da segregação socioespacial, também denominada de segregação residencial da sociedade, principalmente por meio da diferenciação econômica (NEGRI, 2008, p.130).

E através desse contexto percebe-se que o espaço sofre alterações, tanto quanto ele produz ou se reproduz, e estas modificações, ocorrem através do consumo que é produzida pelas ações da sociedade. Nos estudos de Junior e Santos (2010, p.112) eles associam o espaço geográfico como elemento do processo, práticas diárias de produção social.

[...] É um produto que expressa o processo segundo o qual o homem produz, através de sua prática cotidiana, as condições de reprodução e desenvolvimento da humanidade. Desta forma, evidencia-se o processo de reprodução, uma vez que através da acumulação de capital junto com as práticas do cotidiano, que objetivam o desenvolvimento da humanidade, a sociedade garante a sua reprodução social. Assim, a sociedade em sua complexidade cria suas condições de vida de modo a produzir e reproduzir o espaço geográfico, ou mais especificamente o urbano.

Para tanto, o espaço é produzido por vários elementos existentes na sociedade presentes na cultura, na economia capitalista e entre outras atividades que atuam na configuração espacial. Isto é, a produção do espaço urbano se tornou uma dinâmica complexa agregando múltiplos elementos. Articulando comparações de produção e reprodução da sociedade com o espaço geográfico, define-se que o espaço urbano é transformado, fragmentado, modificado, ou seja, é dinâmico, sendo o homem o principal responsável por essa configuração. A produção do espaço urbano ocorre por vários elementos sociais, econômicos e culturais, fruto da dinâmica social.

A reprodução dos espaços urbanos, portanto, constitui-se como descontinuação do território da cidade e engendra a criação de novas áreas que representam a fragmentação, sobretudo, a produção de espaços anteriores nas cidades com suas funções explícitas, como: produção, consumo, moradia e entre outras que difundem no valor destas áreas espaciais. Diante da exposição teórica acerca da temática *espaço urbano: o que é, produção e reprodução*, e sua dinamicidade, será discutido no próximo item um pouco da história de produção do espaço urbano da cidade de Parintins, a qual representa uma área territorial de 5.952 km, situando-se na 9ª sub-região do Baixo Amazonas.

1.1 PARINTINS – UM POUCO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Para compreendermos o processo de produção do espaço urbano do município de Parintins, tendo como base os estudos de Sousa (2013) é preciso fazer uma análise desde o período da colonização até os dias atuais. Ao decorrer desta discussão cabe explicar como a cidade configurou-se ao longo desses últimos séculos, de modo geral, na origem da denominação, nos aspectos cultural, estrutural e socioeconômico.

Nos estudos de Bittencourt (2001), Parintins como muitos outros municípios brasileiros foi primeiramente habitada por indígenas, a cidade é uma das ilhas onde viviam os Tupinambás que fugiram do Peru, por perseguições, voltaram a ocupar a região de onde haviam saído e que tinha o nome de Maracá.

O momento que se inicia o processo de produção de Parintins enquanto cidade, foi basicamente no século XVIII, meados de 1796, numa viagem de exploração portuguesa comandado pelo capitão José Pedro Cordovil. Nesse mesmo período os colonizadores se dedicaram a pesca do pirarucu, como também na agricultura e nos plantios do tabaco, cacau e guaraná (SOUZA, 2013).

Além disso, nesse período a autora destaca o plantio da maniva de mandioca, cujas raízes faziam farinha, e até os dias atuais, é um dos principais alimentos do Parintinense. A primeira denominação que a cidade recebeu desde a chegada dos portugueses foi de Ilha Tupinambarana, batizada pelo capitão José Pedro Cordovil. Anos mais tarde, em meados de 1803, o município passou a se chamar Vila Nova da Rainha, pois com a independência do Brasil, esta ganhou outras denominações pelos decretos estatais e o nome Parintins se deu em 1852 no dia 15 de outubro. No ano seguinte, no dia 14 do mês de março, deu-se a instalação do município de Parintins (SOUZA, 2013).

Com base nos estudos de Oliveira (2018), meados do fim do século XIX e no início dos anos de 1900, a cidade apresentava características pequenas em suas estruturas, com residências simples “construídas em madeiras, barro, cipós e palhas (p. 30)”. Para o autor, até meados de 1920 a cidade possuía 10 ruas e nove travessas, com ruas largas sem calçamentos, energia e sem abastecimento de água. Esta configuração urbana da cidade persistiu por volta dos anos de 1950, e foi desta configuração gradual que o cenário passou de rural para o urbano.

O processo de produção e evolução do perímetro urbano de Parintins, que vai até o final dos anos 60, teve início desde a fixação dos primeiros habitantes na Ilha. Nesse período vários fatores contribuíram para a formação e consolidação da cidade. Entre esses fatores se destacam os períodos econômicos que impulsionaram o seu crescimento (SOUZA, 2013, p. 36).

Em relação ao período econômico da cidade na época, destaca-se a temporada do cacau, a qual apesar de ser uma espécie cultivada no país do México e na América Central, constitui-se rapidamente num dos principais produtos de Parintins. Os coronéis do cacau como eram chamados os donos das plantações fizeram grandes fortunas.

Além das fortunas os coronéis do cacau construíram vários prédios na cidade. Com a produção e a comercialização do cacau permitiu-se a chegada de pessoas de outros lugares, como os portugueses junto aos franceses e os judeus, sobretudo os moradores de outros estados, municípios e vilas vizinhas. Em relação ao corpo de trabalho do município Souza (2013, p.37) aponta que:

No que se refere ao corpo de trabalhadores em Parintins, os primeiros eram constituídos por índios, mestiços e pretos livres ou libertos que trabalhavam em lavouras, em comércios e em obras públicas. Dentre os critérios para o trabalho eram que estes não fossem escravos e nem possuíssem propriedades ou estabelecimentos.

Conforme as décadas se passavam, outros períodos marcavam a economia parintinense, como a pecuária. As primeiras informações em relação a esta atividade aconteceram aproximadamente por volta do ano de 1917. No entanto, as grandes cheias e a escassez de pastagem em terra firme atrapalhavam o aumento dos rebanhos, que totalizavam no início da década de 1920, 16 mil cabeças de gado.

Souza (2013) aponta a importância da produção da juta que ocorreu a partir de 1927. Entende-se que foi possível através da iniciação da conversão entre os governos japonês e brasileiro (Era Getúlio Vargas), que houve a negociação de uma determinada área do município de Parintins para a instalação de um instituto agrícola por parte dos japoneses. Dessa forma, os períodos de desenvolvimento econômicos destacados mostram os diferentes momentos do processo de formação econômica da cidade, os quais estão diretamente ligados com o projeto maior de ocupação do território amazônico, visto que a cidade de Parintins se estruturava, crescia espacialmente e se produzia cotidianamente.

No que tange a estrutura urbana, especificamente, Parintins foi gradualmente, no decorrer de sua história, dotando seu espaço de equipamentos e ofertas de serviços os quais nem sempre foram suficientes frente a demanda requerida em função do seu rápido crescimento.

Em 1920 o número de moradias em Parintins subiu para 3.084 na sede e 14.607 em todo o município. O aumento de 3.016 moradias na cidade em relação aos dados de 1873, num espaço de 47 anos, é refletido na espacialidade do perímetro urbano de Parintins (SOUZA, 2013, p.46).

Para a autora a partir da década de 1920 no município de Parintins já havia dez ruas, uma avenida, nove travessas e cinco praças. Três décadas mais tarde, devido ao crescimento populacional da cidade iniciou-se a expansão de novas ruas, formando novas moradias. As ruas mais antigas conhecidas antigamente como Caetano Prestes e Rui Barbosa localizavam-se as melhores casas e a maioria delas apresentavam semelhanças europeias, porém na outra parte da cidade localizava-se as casas mais simples arquitetadas de taipa e madeira.

Nesse tempo, o município passa por momentos instáveis e incertos, porém, a cidade continuava crescendo. A chegada de pessoas vindas de outros lugares em busca de melhorias de condições de vida, principalmente das áreas rurais, impulsiona o crescimento populacional e o crescimento das áreas periféricas da cidade, com ruas mal padronizadas, sem dotação dos serviços necessários à vida na cidade (SOUZA, 2013, p. 49).

Observa-se que a cidade de Parintins esteve evoluindo gradualmente em vários aspectos, econômicos, políticos e sociais, principalmente. No entanto, a partir do momento que o município recebe pessoas de outros espaços em busca de melhorias de vida, principalmente aquelas advindas de áreas rurais, incentivando o crescimento populacional e a expansão das áreas periféricas da cidade, com ruas mal arquitetadas e sem a prestação dos serviços necessários à vida no espaço urbano, é a partir desse momento que se inicia o processo de luta por moradias populares no município de Parintins, tema que será melhor retratado no decorrer do trabalho.

1.2 Questão da Moradia Popular

Para iniciar a discussão sobre a questão da moradia popular, cabe destacar que o acesso à habitação ou moradia é um direito garantido por lei, desde meados do século XX, em 1948, o direito à moradia passou a ser considerado um direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, isto é, todas as pessoas devem ter acesso. Porém, num país desigual e capitalista como o Brasil, esta lei não é colocada em prática, milhões de brasileiros são afetados pela falta de moradia. Lavoratti (2009, p.01) destaca:

mesmo ratificado por inúmeras nações por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o acesso à moradia adequada não é uma realidade para todos. Bilhões de pessoas vivem em condições precárias no mundo [...]. No Brasil, esse direito está assegurado também na Constituição, mas o déficit habitacional é estimado em cerca de 7,9 milhões de lares.

A carência de moradias é tão constante no Brasil, que as primeiras políticas habitacionais foram criadas, para tentar amenizar a insuficiência de casas próprias, uma vez que o grande fluxo de imigrantes que o país recebeu, principalmente com o avanço da industrialização na década de 1930 contribuiu, em excesso, para esta problemática social.

No que se refere ao avanço da industrialização na década de 1930, com base nos estudos de Mota (2011) é a partir desse período que a urbanização e a industrialização brasileira ganham força, desencadeando nesse momento uma política voltada especificamente para a questão da habitação popular e ao mesmo tempo, os problemas urbanos ganham destaque na esfera social.

A autora em seus estudos destaca as primeiras políticas de habitação no país, o primeiro órgão criado foi a Formação da casa Popular (FCP), engendrada no ano de

1946, com a finalidade de fornecer residência para as pessoas pobres e diante do mesmo contexto elaborar como respostas social, devido as constantes pressões dos trabalhadores.

Mota (2011) destaca ainda que com o passar do tempo o FCP se tornou inoperável, devido a falta de recursos e de forças políticas, e precisamente, na década de 1950 o Governo reduz de vez os recursos da FCP, na mesma década a industrialização juntamente com o crescimento da população, o Brasil dava mais um grande passo, porém a mesma década foi marcada por grandes desigualdades sociais.

Na década de 1950 houve um grande avanço da indústria brasileira, com intenso crescimento urbano e intervenções do Estado para adequar o espaço urbano à circulação de automóveis. No entanto, a expansão urbana foi marcada por grande desigualdade: a classe média crescia e tinha acesso a financiamentos de apartamentos e a bens duráveis, ao passo que às classes pobres restavam as favelas e os loteamentos ilegais na periferia (MOTA, 2011, p.3).

Em relação às ocupações irregulares ou ilegais da terra urbana, para Maricato (2003) no que desrespeito a este processo, considerando-se principalmente a extensa massa de migrantes que se deslocou para o país e as cidades neste século, abrigando-se nas formas ilegais, pelas dificuldades de acessos aos mercados imobiliário e privado e esquecidas pelas políticas públicas de habitação. Do mesmo modo, para a autora, entende-se que é admitido o direito à ocupação, mas não o direito a cidade.

Para Motta (2011) os sujeitos desprovidos de boas condições econômicas, em outras palavras, que não possuem poder aquisitivo, acabam deslocando-se para lugares precários, irregulares, insalubres e sem infraestrutura básica, sobretudo, com muitos riscos para a vida e vivenciando uma realidade distante do que preconizam as legislações tangentes ao direito à moradia e o direito à uma vida de qualidade.

“A falta de alternativas habitacionais, seja de acesso ao mercado privado ou via políticas públicas sociais, é evidentemente, o motor que faz o pano de fundo dessa dinâmica de ocupação ilegal e predatória de terra urbana” (MARICATO, 2003, p.158). Desta forma, pode-se concluir que a luta por habitação ultrapassa o acesso à moradia e essa problemática está muito longe de ser resolvida.

Motta (2011) destaca outros programas habitacionais existentes no país como o Plano Nacional de Habitação (PNH) e a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964. O BNH tornou-se o principal órgão de política habitacional do país na época, e sua finalidade era obter o total controle do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

No governo Lula (2003-2010), a principal política para a habitação foi o Programa Minha Casa Minha Vida, do Ministério das Cidades, lançado em abril de 2009 com a meta de construir um milhão de moradias, totalizando R\$ 34 bilhões de subsídios para atender famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos. Além de seu objetivo social, o Programa, ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção, também foi uma reação do governo Lula à crise econômica mundial do fim de 2008 (MOTA, 2011, p.8).

A autora destaca ainda que o planejamento referente sobre a construções das casas próprias servia ainda para a solução do caos urbano e obter o controle dos crescimentos das ocupações irregulares e as favelas. Já no século XXI criou-se um dos últimos programas voltados para habitação.

Sabendo disso, para entendermos a questão da moradia popular da cidade de Parintins, é necessário lembrar de alguns fatores que proporcionaram a transformação de seu espaço social, e conseqüentemente do processo de construção das moradias populares como veremos no item seguinte.

1.3 A Questão da Moradia Popular em Parintins

Nos estudos de Souza (2013) no tange a organização política do município, se iniciou primeiramente por órgãos de comando colonial, que se estendeu no período de 1905 até 1930 e no final da década seguinte a cidade recebe seus primeiros vereadores, dentre eles: Amaro Alves da Silva, Domingos Prestes, Luiz Furtado Belém, e o cargo de prefeito foi ocupado pelo Sr. Júlio furtado Belém.

De 1964 a 1968 a cidade foi governada por Raimundo Djard Vieira. E em 1969 assume como prefeito de Parintins o Sr. Gláucio Bentes Gonçalves até o final da década de 1960 e continua na década seguinte. Quanto às leis, elas não garantem o direito à cidade, mas são importantes para sua construção. Assim, as primeiras Leis Municipais que foram criadas em Parintins pelo poder público municipal possibilitaram a estruturação do espaço físico da cidade e regulamentaram a vida social dos cidadãos (SOUZA, 2013, p.43).

A autora destaca ainda algumas leis criadas pelo poder público e uma delas é a Lei nº 11, de 03 de dezembro de 1954, a qual permitiria o governo da cidade assinar convênio com o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), para fins de serviços no abastecimento de água no município de Parintins.

Observa-se que através da chegada das políticas públicas e a garantia que as leis do município se constituíam para os moradores, a cidade aos poucos produzia e se

reproduzia, principalmente através das relações sociais que no final da década de 1960 recebia as primeiras produções políticas habitacionais.

O primeiro conjunto habitacional construído na cidade de Parintins foi o Vitória Régia, no ano de 1969. Os pressupostos de financiamento adotados eram rígidos e exigiam que os futuros mutuários tivessem renda fixa, e somente os servidores públicos atendiam a esse requisito. Em decorrência, a gestão do empreendimento ficou sob a coordenação do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Amazonas – IPASEA, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, com garantia do Sistema Financeiro de Habitação – SFH e apoio do governo municipal (OLIVEIRA; SOUZA, 2019, p.7).

O conjunto vitória regias obteve 192 unidades construídas e quase duas décadas se passaram e aproximadamente no ano de 1987 construiu-se o conjunto Macurany, com o total de 171 residenciais. Do mesmo modo os beneficiários foram os servidores públicos, embora eram os únicos que atendiam as exigências do financiamento da época.

O conjunto Macurany da mesma forma, beneficiou exclusivamente os servidores públicos, uma vez que a maioria da população não atendia as exigências do financiamento na época como aponta Oliveira e Souza (2019, p.9):

O conjunto foi construído em 1988 e tinha como órgão financiador a Caixa Econômica Federal, sob coordenação e gestão da COHAB-AM, sendo a mesma construtora responsável pela obra do conjunto anterior. No empreendimento, foram utilizados critérios diferenciados para os beneficiários, sem restrições de faixa de renda nem exclusividade para servidores públicos. As parcelas eram estabelecidas de acordo com a renda do comprador pelo prazo de 25 anos.

A partir do século XXI a cidade de Parintins passa a se tornar um espaço favorável para investimentos na construção de moradias, financiada através dos recursos públicos e por programas habitacionais. No ano de 2009 construiu-se dois empreendimentos Residenciais: o Vila Cristina, o qual iniciou a construção do Residencial Vila Cristina, com 500 unidades habitacionais, financiadas por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

E no segundo semestre do mesmo ano de 2009, iniciou-se a construção do Residencial Parintins, no qual era previsto oferecer aproximadamente mais de 800 unidades habitacionais. O projeto destinou-se atender as famílias de baixas renda, porém até no ano de 2016 não houveram avanços nas edificações, e dois anos mais tarde

no mês de janeiro de 2018 ainda não estavam concluídas as assinaturas dos contratos (OLIVEIRA; SOUZA, 2019).

Para Sousa (2013), as edificações dos conjuntos para habitação nos contornos urbanos do município de Parintins, criaram-se expansões periféricas, ocasionando a ampliação da cidade e conforme as áreas do município produziam-se em moradias, Parintins aos poucos teve sua configuração espacial alterada, modificando-se o uso do solo rural em urbano.

Em relação as expansões periféricas citada pela autora, na década de 1990 ocorreu a maior ocupação de terras do município e este acontecimento originou-se nos bairros Itaúna I e II, e a maioria dos ocupantes eram habitantes do próprio município de Parintins e pessoas vindas dos interiores e dos municípios vizinhos, com isso, resultou-se numa das maiores concentrações demográficas da cidade.

“A cidade continuou crescendo, e paralelamente a ela, a carência por moradia também. Nas últimas décadas, vivenciou-se alterações profundas em sua configuração socioespacial, devido à formação do chamado ciclo das invasões iniciado aos anos 1990, ocasionando a formação dos quatro bairros mais populosos do município: Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e União (ANDRADE, 2014, p. 07)”.

Com base nos estudos de Andrade, (2014) o Bairro Itaúna I, em específico, se compôs no ano de 1992, a partir de pessoas que moravam em outros bairros e que os mesmos reivindicavam terrenos das autoridades do município, o grupo eram apoiados por lideranças governamentais, das igrejas e de outros movimentos sociais.

Para a autora, no período de 1994 inicia-se outra ocupação, porém sem sucesso devido a reintegração de posse do proprietário, no entanto, pouco tempo depois originou-se uma nova ocupação desta vez com apoio de lideranças religiosas e outros movimentos sociais finalmente a cidade ganhou mais um bairro que em 1997 que passou a se chamar Itaúna II.

“Posteriormente, e novamente pelo aumento demográfico e a falta de áreas para se morar, surgiu a terceira ocupação nas terras do senhor Paulo Corrêa, isto no ano de 1997, dando origem ao bairro Paulo Correa, nome dado, segundo relato de um dos líderes das ocupações, com o intuito de homenagear o antigo dono daquelas terras. Dez anos depois, no ano 2007 houve uma quarta ocupação que foi responsável por gerar o atual Bairro União (ANDRADE, 2014, p. 06).

No período de 2008 ainda houve uma das últimas ocupações irregulares no município, iniciava-se novamente nas propriedades do Paulo Corrêa, por um grupo de deslocados que vieram dos bairros recém-criados. O poder público buscou adotar o

exato controle, e em 2009 a prefeitura comprou as terras, denominando-se Bairro da União. Nos dias atuais, após inúmeras ocupações e transformações sofridas, a cidade se constitui por um total de 25 bairros (SOUZA, 2013).

A questão da habitação pode ser considerado nos dias atuais um dos principais problemas sociais urbanos do Brasil. Numa perspectiva que arquiteta o problema da moradia, integrado à questão do direito à cidade, é possível perceber as exigências em relação à habitação que surge sob vários aspectos, como por exemplo soluções para os graves problemas de infraestrutura e construção de moradias para atender o número de famílias sem casa própria (MOTTA, 2011).

Com base no exposto tentou-se destacar os principais acontecimentos, como leis, ocupações e movimentos que deram origem às moradias populares, e consequentemente no surgimento dos bairros que constituem a cidade de Parintins atualmente. Dentre as ocupações, destaca-se a Ocupação do Pascoal Alaggio, a qual teve uma de suas áreas regularizadas, porém grande parte ainda se encontra ocupada por famílias de baixa renda, que foram impulsionadas dentre outros motivos pela falta de acesso à moradia própria e, sobretudo, pela desigualdade socioeconômica que reflete de forma negativa na vida dos moradores.

2 Movimentos que surgiram durante e após a Ditadura Militar

Os movimentos sociais são frutos de ações coletivas sustentadas e organizadas por grupos na sociedade, que lutam por interesses em comum. Eles resultam de lutas em defesa de causas sociais ou políticas buscando defender e garantir seus direitos na sociedade. Para compreensão do que são *movimentos sociais*, será abordado neste trabalho um breve contexto que culminou no surgimento dos movimentos sociais no Brasil, os quais se constituíram a partir da Ditadura Militar ocorrida entre 1964 a 1985, e ganharam força principalmente no fim deste período histórico.

Os Movimentos que se formaram nessa época podemos destacar os estudantis, a luta pelos direitos trabalhistas, direitos das mulheres e dos trabalhadores sem-terra, conhecidos como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), etc. Dentre os movimentos sociais destacados, salienta-se as questões voltadas para a habitação, ou seja, os movimentos que lutam por moradia, ainda muito presente na atualidade, pois os problemas relacionados a ausência e /ou precariedade das habitações perduram por longos anos.

A Constituição Federal de 1988, estabelece que a moradia é um direito de todos, mas não basta morar é necessário que haja moradia digna com infraestrutura, saneamento básico, transporte coletivo, educação, lazer etc. No entanto, a realidade é outra, muitas pessoas não possuem o mínimo para viver uma vida digna, tão pouco de um espaço para habitar, é por este e por outras motivações que indivíduos com os mesmos interesses se unem para lutar por seus direitos na sociedade.

Primeiramente, para o entendimento sobre os movimentos sociais temos como base os estudos de Gonh (2011), o qual compreende que os movimentos sociais são resultantes de ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que realizam formas distintas no ato de se organizar e expressar. Na realidade, os movimentos sociais são criados ou formados com o intuito de propor mudanças em determinadas relações sociais ou preservá-las.

Além disso, esses segmentos sociais são constituídos por atores sociais distintos, possuem identidades diferenciadas, porém expressam um interesse mútuo. Fazem uso de diferentes estratégias, tais como mobilizações, greves, marchas, concentrações, passeatas, manifestações, etc. Na busca de soluções para certas demandas sociais.

Nos dias atuais, com os vários meios tecnológicos, os movimentos sociais atuam também através das redes sociais, pois como sabemos, antigamente esses grupos organizados faziam grandes concentrações e volume de massas nas ruas, especialmente no período ditatorial, quando se buscava desenhar uma nova república brasileira, e com a reabertura da imprensa, as pessoas puderam se conectar com outros movimentos no mundo.

É importante entender que em todo o período da ditadura a oposição democrática estava presente. No entanto, é a partir de meados da década de 70 que a luta política brasileira toma força, pois neste momento a mobilização era construída por movimentos sociais de base, tais como os sindicatos, os grupos feministas, parte das igrejas, os movimentos feministas, as associações de moradores, os comitês de defesa dos direitos humanos (GONÇALVES; FERREIRA, 2013, p.33).

A política imposta pelo Regime Militar e as consequências negativas que trouxe para a população durante o período que durou um pouco mais de duas décadas (1964-1985), impulsionou a realização de protestos e manifestações como uma resposta da sociedade brasileira, e a partir dessas resistências e de lutas que começaram a surgir

os movimentos formados por grupos de indivíduos que lutavam e defendiam uma causa social e política.

Em meio a este contexto de repressão política surgem diversos movimentos sociais – de trabalhadores, estudantes, grupos de esquerda, organizações de mulheres entre outros – que irão reivindicar a democracia e defender os interesses coletivos dos grupos a que pertencem (WOTOIWCZ; PEDRO, 2009, p.44).

Este cenário ficou marcado não só pelas manifestações e lutas, sobretudo, pelas perseguições políticas, tragédias, torturas e crimes que ocorreram neste período. “Os reflexos da tomada de poder pelos governos autoritários se traduziram em práticas de torturas, assassinatos, censura, repressão armada perseguições e outras práticas que marcaram o período compreendido entre os anos 1964-1985” (WOITOWICZ; PEDRO, 2009, p. 44).

Sobre esta época, Gohn (2004) destaca o Movimento Estudantil junto a outros movimentos e organizações da sociedade brasileira, que se apresentou recuado por motivos de forças. Porém, em 1966 o Movimento Estudantil se reestruturou atingindo o seu auge em 1968, sendo assim, os estudantes se destacaram no período do regime militar e as ações realizadas por este Movimento funcionou de certa forma como um “grito” da sociedade contra a Ditadura imposta naquele período.

É certo que durante o período de regime militar, muitos grupos resistiram ao autoritarismo imposto, à supressão dos Direitos Fundamentais que se observava, ao excesso de violência, ao aniquilamento da liberdade, à imposição da censura... Pode-se, assim, elencar alguns grupos sociais de destaque nesse período, dentre os quais: os Estudantes (MOLINA, 2014, p.28).

Para Molina (2014) os movimentos sociais se tornaram elementos de grande importância e que marcou a história no contexto social em nosso país. No entanto, eles se formaram da ação popular, originados pelas “dores” que ocorreram na sociedade, tanto pelo regime ditatorial quanto pela exclusão de certos grupos sociais, abrangendo, raça, gêneros, leis trabalhistas, dentre outros.

No que se refere a exclusão de gênero, destaca-se a luta das mulheres que foram capazes de comprovar para a sociedade que entendiam de política, ao lutarem contra a desagregação moral da unidade familiar impostas pelos regimes autoritários que tentavam desmoralizar os sentimentos das mulheres como mães, esposas, irmãs e filhas. “O autoritarismo e a repressão serviram para que muitas mulheres

desenvolvessem sua inteligência, criatividade e capacidade política como num jogo dialético” (PRIORI, POMARI, AMÂNCIO, IPÓLITO, 2012, p.211).

O Feminismo que surge na década de 1970, período no qual a radicalização da ditadura militar foi mais intensa, muitas mulheres brasileiras saíram do país e fundaram grupos feministas no exterior e alguns deles ganharam destaque fora do país, como os grupos no Chile, Paris e Estados Unidos da América (WOTOIWCZ; PEDRO, 2009).

Nesse mesmo período outros grupos foram afetados pelo autoritarismo como os trabalhadores metalúrgicos, por exemplo. Destaca-se como um dos movimentos que mais sofreu repressões com as estratégias das políticas impostas pela ditadura como aponta os estudos de Priori, Pomari, Amâncio, Ipólito (2012). Com base nos autores, as falas dos operários metalúrgicos descrevem que foi um golpe contra os trabalhadores e em meados de 1964 houve intervenções em vários sindicatos, além de prisões de administradores, com objetivos de diminuir as reivindicações operárias, porém além de detenções houveram mortes, torturas de centenas de trabalhadores e em alguns casos os que protestavam ou eram presos ou desapareciam.

Nesses vinte e um anos de regime militar, destaca-se ainda a participação da igreja católica neste cenário, com base nos estudos de Ferreira e Gonçalves (2013) nesta época o papado brasileiro passou por um período de grandes modificações, sobretudo, através da teologia da libertação e inicia-se então à cogitar a opressão social e as injustiças sociais. A partir desse momento, tornou-se fundamental para a organização dos movimentos sociais na década de 1980, pois vários movimentos nasceram a partir das Comissões Pastorais da Terra (CPT).

Ferreira e Gonçalves (2013) destacam um fato interessante em relação a igreja católica, uma vez que a mesma apoiou inicialmente o regime militar e foi fundamental para a estruturação do golpe, sua participação foi em prol ao combate à ameaça do comunismo, sobretudo, das organizações da esquerda no Brasil da década de 1960.

O governo militar teve o apoio da Igreja católica, o que foi providencial para a concretização do golpe. Essa participação da igreja se deu, fundamentalmente, para combater a ameaça do comunismo e o crescimento dos movimentos de esquerda no país, durante a década de 1960. Essa mobilização da Igreja foi acompanhada por distintos setores da sociedade brasileira, que se aliaram ao regime, por temerem a desordem e a desintegração social (GONÇALVES; FERREIRA, 2013, p.32).

Conforme o surgimento dos movimentos sociais, neste período que marcou e ocasionou mudanças na história política do país, as organizações sociais engendraram

caminhos para a democracia na sociedade brasileira, porém estas mobilizações não se estenderam como um todo. As lutas pelas causas sociais estão presente na atualidade, pois é uma forma que a sociedade buscou para fins de reivindicações de seus direitos. Destaca-se aqui os movimentos voltados para a questão da habitação, problematização que está presente desde muito antes do regime militar e perdura até os dias atuais.

A organização social dos trabalhadores nas periferias das grandes e médias cidades no Brasil, com apoio de setores da igreja católica, e em determinados casos, de alguns sindicatos, acadêmicos e profissionais ligados à ONGs foi um dos elementos importantes para a formação dos movimentos sociais de moradia que existem e atuam nos dias de hoje (CAMARÚ; BARBOSA, 2019).

No cenário político nacional dos últimos anos (sobretudo, nas décadas de 1970/80/90) é registrada a maior quantidade de manifestações sociais, formações sindicais e de movimentos ligados à luta pela posse da terra. É entre estes anos também que os movimentos sociais ganham apoio de instituições católicas, políticas e sindicais, mas buscam ao mesmo tempo conquistar sua autonomia como movimento (EGÊA, 2014, p. 01).

Com base nos estudos de Caldart (2001) o movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra, conhecidos como Movimento dos Sem Terra (MST) é resultado de um contexto histórico no que tange à questão agrária no Brasil, cuja origem desse processo nasceu da articulação de lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 1970, sobretudo, nas regiões do Centro-sul do país e lentamente se espalhou pelo Brasil. No item seguinte faremos uma abordagem acerca desta e de outras pautas defendidas por alguns Movimentos Sociais no intuito de uma melhor compreensão da temática escolhida para este trabalho.

2.1 As Pautas dos Movimentos Sociais: Direitos Trabalhistas, Direitos das Mulheres e Direito a Terra

Após o entendimento acerca dos movimentos sociais, destacaremos as pautas de alguns deles no presente item, especificamente no que tange às lutas pelos direitos das mulheres, direitos trabalhistas, questões das terras e moradia social. O movimento das mulheres se trata de uma organização criada para combater a violência de gênero e principalmente pela defesa da igualdade de direitos e de melhores condições de vida e de trabalho para as mulheres na sociedade.

Com base nos estudos de Marques e Xavier (2018), as pautas são direcionadas não apenas às questões de opressões as mulheres como também de sexualidade, construção cultural de gênero e denominação, com argumentos focalizados nas relações de poder entre homens e mulheres, discutindo sobre questões de discriminação culturais e estruturas sexistas.

Os autores salientam que antes do período ditatorial (1964-1985) a luta das mulheres baseava-se em uma conquista política, catalogada as lutas de classes e o papel da mulher na sociedade. É interessante que depois da conquista do direito ao voto, os questionamentos então começaram a ser para além desse debate, assim como outras questões relacionadas a defesa de liberdade sexual da mulher e aborto.

Também é nesse período que o movimento feminista traz discussões em torno da defesa de liberdade sexual da mulher; o aborto também passa a ser uma pauta do movimento nesse período, assim como a pauta da discussão sobre o direito de ser mãe a partir da vontade da mulher, a qual pudesse ter a liberdade de decidir se quer ou não ter filhos, bem como o momento de ter filhos seja escolha da mulher. Todas essas pautas foram construídas e desenvolvidas na chamada segunda onda, porém o movimento feminista logo sofrerá por mudanças em suas discussões (XAVIER; MARQUES, 2018, p.6).

As mudanças mencionadas pelas autoras, tratam-se dos movimentos feministas no fim do século XX, período onde os estudos e as análises feministas vão enriquecendo, ou seja, momento em que os movimentos passam por amplas transformações, também é o período de auto reflexão por partes das mulheres do próprio movimento em relação a críticas, pois eram perceptíveis os estudos voltados apenas para mulheres brancas de classe média.

Estas críticas feministas se tratavam da vida das mulheres como um todo, ou seja, de forma coletiva, sobretudo, de todas as classes e raças, como se “vivessem os mesmos problemas, estivessem expostas à mesma forma de opressão. As feministas da terceira onda abordam sobre a exclusão das demais mulheres que não pertenciam à classe média” (Xavier; Marques, 2018, p. 06).

Por conseguinte, os movimentos recebem novas correntes que passam a considerar a raça, a partir desse momento de novos pensamentos, correntes feministas que estavam em desenvolvimento e nesse período o movimento feminista negro é considerado um dos maiores destaques. Ainda com base nos estudos de Xavier e Marques (2018) destaca-se o movimento feminista marxista no qual o mesmo é representado por mulheres da classe trabalhadora e com a concretização do capitalismo

na época, as mulheres passaram a ser inseridas no mercado de trabalho, com a dinâmica da revolução industrial as mulheres operárias passam a participar também das lutas operárias.

Em relação ao Trabalho, destaca-se os movimentos trabalhistas de operários que reivindicam melhorias de ambos os gêneros. Muitos movimento e sindicatos foram criados para representar milhões de trabalhadores no Brasil, na busca por aumento salarial, segurança, saúde, moradia, jornadas de trabalho e outros direitos trabalhistas.

É importante dar enfoque a origem dos sindicatos, pois com base nos estudos de Pessanha e Artur (2013) a criação dos sindicatos deram-se em meados do século XIX, precisamente na Inglaterra, no qual um grupo de operários manifestaram-se a partir de interesses coletivos, organizaram-se e lutaram na busca de conquistas para a classe trabalhadora.

É através destes relatos que serão feitas abordagens em relação às pautas dos trabalhadores desde o século passado até o presente momento, discorrer os primeiros movimentos sindicais e as reivindicações que os mesmos exigiam e relatar as organizações sociais dos trabalhadores na contemporaneidade.

No início do século passado no país a maioria da população ainda viviam na zona rural, embora quando os trabalhadores se encontravam em grupo geralmente era para ajudar alguém necessitado e dificilmente existia greves. Quando se emergia alguma era reprimida com extrema violência “quando a produção era grande ou queriam benefícios do Governo, os empregadores combinavam com alguém para convencer os empregados a parar, ou chegavam ao ponto de embriagar seus trabalhadores para praticarem violência” (Silva, Nunes, Ottani, 2018).

No que diz respeito à relação do trabalho nesta época para os autores, além da falta de afazeres ser grande, os mesmos se sujeitavam a qualquer tipo de tarefas, na busca de algum ganho para sua sobrevivência, e ficavam sujeitados as péssimas condições de trabalho, jornadas diárias extensas, sem repouso, sem férias e os salários eram muitos baixos, além de acidentes e óbitos e até mesmo mutilações, ou seja, esse processo se traduz em exploração, os trabalhadores viviam em péssimas condições e se alimentavam muito mal, “não havia mérito em ser trabalhador e a própria sociedade o desqualificava” (SILVA, NUNES, OTTANI, 2018, p. 08).

A solução era buscar mão-de-obra de estrangeiros que teria mais disciplina e sabedoria; dentre eles estavam: italianos, espanhóis, alemães e outros. Os estrangeiros vinham por conta própria em navios; alguns sem trabalho e

outros com trabalho sem volta. Os estrangeiros nem sempre eram como os empregadores esperavam (Silva, Nunes, Ottani, 2018, p. 8).

Alguns estrangeiros foram para as fazendas trabalhar, porém algumas vezes, pois não estavam habituados com a falta de leis para resguardar os trabalhadores e as muitas leis engendradas pelos empregadores, devido a tentativa de alguma manifestação alguns trabalhadores perdiam o emprego e os empregadores percebiam nos imigrantes os mesmos defeitos dos brasileiros. Em relação às greves poucas leis foram criadas pelo governo com o intuito de controlar certas situações, porém os conflitos não paravam, com a passar das décadas segundo os autores alguns “meeiros” passaram a ser a salarizados ocasionando a migração de alguns para as cidades.

Percebe-se que no país nesse período já havia organizações de trabalhadores que não satisfeitos com as regras impostas pelos empregadores, pois não haviam nenhuma vantagem, sendo que os salários não atendiam suas expectativas e obviamente não compensava correr todos esses riscos, foi então através das greves e de muita violência que conseguiram ganhar alguns direitos.

No Brasil, durante a década de 1930, há relatos existentes de algumas leis protetivas do trabalho, ocasionadas por organizações sociais, eram poucos, porém nota-se indícios dessas ações. Alguns anos mais tarde, no país é criado o Ministério do Trabalho, Trabalho das Mulheres, Salário Mínimo, a Justiça do Trabalho etc.

Em 1930, durante a era Vargas o direito do trabalho obteve seus primeiros passos por meio da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que comunica decretos sobre profissões, trabalho das mulheres, salário mínimo, Justiça do Trabalho dentre outros. Getúlio Vargas tinha o objetivo de industrializar o país. Naquela época era necessário valorizar o trabalhador para que se houvesse indústria (Silva, Nunes, Ottani, 2018, p. 8).

Esse período da revolução de 1930, o presidente da república na época, Getúlio Vargas impôs um projeto de uma justiça especial do trabalho em 1941, em seguida, criou a consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelo decreto-Lei nº 5.492, de 1º de maio de 1943, unindo toda a legislação trabalhista existente no país, e tinha como principal objetivo aceitar todas as relações individuais e coletivas do trabalho impostos nelas.

Com o passar das décadas e com o fim do período da ditadura que foi marcada por muitos movimentos sociais e conquistas no final da década de 1980, mesmo período da nova constituição (1988). Com isso houve a criação de muitas leis no país e

principalmente leis que a asseguram os trabalhadores e muitos direitos foram conquistados, principalmente quando os trabalhadores tiveram um representante como presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula).

Em seus governos (2003/2010), o então Presidente Lula, fez algumas reformas nas leis trabalhistas, inserindo formas que dão suporte aos trabalhadores, como por exemplo, salário maternidade, reajuste do valor do salário mínimo, estímulo ao primeiro emprego para jovens, a autorização de saque dos depósitos do FGTS diante de necessidade pessoal e entre outras leis (Silva, Nunes, Ottani, 2018).

Desde o início do século passado até os dias atuais as relações dos direitos do trabalhador é um processo que se conquista lentamente, muitas coisas melhoraram até o momento. Muitos trabalhadores formais tem subsídios que contribuem para a questão salarial como os auxílios de transportes e alimentação, porém pouquíssimos empregadores garantem aos trabalhadores auxílios na saúde e principalmente nas questões voltadas à moradia, é um grupo da sociedade que fica vulnerável diante dessa falta.

Para Êgea (2014), como foi mencionado no tópico anterior, sobretudo, “nas décadas de 1970, 1980 e 1990 é registrada a maior quantidade de manifestações sociais, formações sindicais e de movimentos ligados à luta pela posse da terra” (p. 01). Além disso, a autora relata que é a partir dos meados de 1990 e 2000, especialmente na época dos últimos presidentes da época Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002) e Lula – (2003-2010) que foram relatadas as maiores porcentagens expressivas em relação a ação de ocupações e os registros de famílias desde a criação do movimento.

Segundo a autora o movimento do MST emergiu entre os anos de 1978 e 1985, a partir de um momento marcado por luta pela democracia, os principais organizadores desta ação foram sujeitos inconformadas com a nova política de desenvolvimento agropecuário inserido na época do regime militar. Durante estes primeiros períodos o MST viveu insatisfações, porém proporcionou reuniões e destes encontros é determinado o primeiro encontro nacional de movimentos que tem como elemento central a luta pela terra, ocorrido em 1984.

Nesse encontro foram elaborados os objetivos gerais do MST, dentre eles: Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária; Organizar os trabalhadores rurais na base; Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina (ÊGEA, 2014, p.03).

A história do MST é tomada por conflitos com partidos políticos, alianças que discordam das esperanças e ações de lutas, ou seja, os grileiros, latifundiários ou até mesmo a bancada ruralista, entre outros, o objetivo principal desse movimento é a luta pelo direito à terra, fazer o uso de forma livre, plantar, colher, principalmente para se morar, pois a concentração de terra estava sob posse de pouquíssimas pessoas, sendo que muitos brasileiros não possuem um pedaço de terra para construir sua própria moradia. Com base nisso, o tópico seguinte será voltado para as pautas dos movimentos sociais que trazem a questão da moradia, como também discorrer um pouco sobre essa problemática social no país.

2.2 As Pautas da Moradia Social no Brasil

O processo de urbanização das cidades brasileiras a partir de meados do século XX é um fenômeno importante, no entanto, a falta da moradia social é uma realidade presente na atualidade. Para Comarú e Barbosa (2019) em suas pesquisas retratam o processo de migração extensiva para as grandes cidades do país, entretanto, a falta das políticas públicas contribuiu para o surgimento de muitas periferias, principalmente pelas famílias das classes trabalhadoras, que não possuem suporte do estado e se sentem obrigadas a construir suas próprias moradias.

Com base nos autores, a partir do momento em que muitos trabalhadores foram obrigados a deixar o campo, se direcionando para as cidades e ocasionando um complexo processo de ocupação urbana, com grandes e fortes impactos sobre os territórios de proteção ambiental e se abrigando nas áreas mais frágeis das cidades. O cenário urbano passa a conviver com esses processos de ocupações, os conflitos pelo direito a terra aumentavam, num país em que a terra é um dos principais ativos de concentração de riqueza e poder político.

Nesse contexto de segregação do território é que se emerge nas áreas urbanas os primeiros movimentos de contestação, na década de 1970 surge então o Movimento de Defesa do Favelado (MDF). Esse movimento se estendeu em todo o país, principalmente nas médias e grandes cidades “e regiões metropolitanas surgem articulações ligadas a este Movimento, cuja bandeira mais importante era a defesa do direito à terra” (Comarú; Barbosa, 2019, p.16).

Além da existência da defesa do favelado presente nos dias de hoje, os autores apontam que esse movimento de favelas no Brasil enfrentou e enfrenta um cotidiano contra a especulação imobiliária e, sobretudo, os fortes processos de remoções, porém um legado importante se constituiu nesse contexto, que foi a criação do Zeis, o qual se trata de Zonas Especiais de Interesse Social. É um processo oriundo do movimento de favelas, que no grande momento desse movimento contou com apoios de ativistas e órgãos, dentre eles destacam-se as igrejas católicas e as pastorais, atuando diretamente nas comunidades e periferias das cidades.

As ZEIS constituíam-se à época, uma espécie zoneamento popular, aprovado em lei municipal para evitar principalmente que os territórios das favelas pudessem sofrer processos de remoção por pressão da especulação imobiliária, facilitando o acesso à moradia e abrindo maiores perspectivas para os processos de regularização fundiária e segurança na posse (COMARÚ; BARBOSA, 2019, p. 17).

Com base nos estudos de Rodrigues (2013), nas décadas de 70 e 80, foi o momento em que o país vivenciou um processo extensivo de expansão das periferias, devido os sérios problemas urbanos. A partir desse período que surgem movimentos com apoio da igreja católica, de profissionais intelectuais e outras entidades comprometidas a outros movimentos populares, atuando nas regiões das cidades, nos bairros e nas favelas, lutando por melhorias de vida.

Diante desta perspectiva de luta dos movimentos de favela, o acesso à terra neste processo se multiplicou nas diversas cidades do país como Belo Horizonte, Fortaleza, Santo André, Santos, Belém entre as outras, é importante destacar a presença dos moradores de periferias nas câmaras municipais destas cidades, lutando pela democratização por cidades democráticas.

Na década de 1980 com o fim da ditadura e a retomada do processo democrático os movimentos de moradia, no contexto das lutas sociais em todo o país, marcaram as lutas urbanas, com objetivos de buscar propostas de reivindicação, na ação direta de ocupar imóveis resistindo a despejos e reintegrações das áreas ocupadas e com exigências de novos programas habitacionais, e a partir desse período emergem-se Movimentos, Confederações e União, que são grupos criados para atuarem diretamente na falta da moradia.

No final da década de 1980 houveram as eleições municipais e no início dos mandatos e mais adiante nos anos de 1993 aceitaram a ação das iniciativas políticas, de

programas e projetos voltados para a questão da habitação, especialmente nas formas de gestões democráticas da cidade e criam-se novos movimentos e grupos sociais populares.

Desse processo, nascem a Confederação Nacional de Associação de Moradores (CONAM), em 1984; o Movimento Nacional de Luta Por Moradia (MNLM), formado em 1990; a união Nacional Por Moradia Popular (UNMP), em 1993 e a central de movimento populares, em 1997. Esses movimentos atuam a partir de diversas expressões da questão da moradia, como favelas, cortiços, loteamentos irregulares ou ilegais, de mutuários e dos sem tetos que demandem a provisão de moradias, sempre pressionando o poder público em níveis federal, municipal e estadual e formulando propostas alternativas para a política habitacional (RODRIGUES, p.24).

No início do século XXI o país conseguiu aprovar uma lei federal, sendo que já havia mais de 12 anos desde que foi ao Congresso Nacional A Lei do Estatuto da Cidade, “reconhecendo o direito à propriedade, demarcou pela primeira vez na história do país, que toda a propriedade deve cumprir uma função social e que caberá aos planos diretores de cada município definir o escopo, definição e abrangência da ideia de função social da propriedade” (COMARÚ; BARBOSA, 2019, p. 24).

Conforme as décadas foram se passando, precisamente desde o século passado os movimentos populares urbanos estão mais organizados e articulados, porém, esta luta continua devida a escassez de terra, no entanto, como mencionado o confronto ainda é existente pois a concentração de terra está sob o poder de pouquíssimas pessoas, enquanto milhares de famílias estão na luta para obter uma moradia digna. Vale destacar que, conforme esses movimentos foram se organizando a questão da moradia social dava seus passos lentamente para a resolução desse problema, e agora será relatado um pouco sobre a estrutura desses movimentos de como eles foram e continuam sendo importantes para esta causa social.

Através das abordagens teóricas entende-se que os movimento sociais são importantes mecanismos que modificam a realidade social por meios de reivindicações e ações e pode ser entendido como manifestações coletivas e duradouras no que tange os direitos não efetivado pelo Estado e destas formas os movimentos se estruturam em torno de seus interesses e necessidades, para então a garantia de reconhecimento na sociedade.

No que se refere aos movimentos que lutam por causas como a moradia social observa-se que essas organizações se estruturam com apoios de outros movimentos, tonando-se mais consistente, e através desta organização transformam a vida não só das

pessoas diretamente ligadas a determinados movimentos, como também a vida de muitos outros cidadãos.

Outra questão que merece destaque é em relação ao Estado, que o mesmo em muitos casos, é visto como adversário na luta política e em muitas das vezes torna-se uma relação de confronto, principalmente quando se trata de organizações voltados para a questão da moradia social. Com base no exposto, será feita uma análise dos movimentos sociais voltados para a questão da habitação nos dias atuais no Brasil, no intuito de entender como a questão da moradia se encontra no cenário político social e a importância da participação das mulheres nessas organizações.

2.3 A Questão da Moradia Social nos Dias Atuais e Movimentos Sociais

Na contemporaneidade as questões da moradia social por lei agora é um direito de todos, é uma conquista ampla depois de muitas lutas, manifestação e insistência dos movimentos sociais que vinham reivindicando habitação/moradia há muitas décadas, no entanto, o número de famílias sem a cesso à casa própria ainda é um número elevado e traz preocupações.

No que diz respeito aos movimentos sociais contemporâneos voltados para as questões das moradias sociais, essas organizações multiplicaram-se, redefinindo suas estruturas tornando-se do mesmo modo mais resistentes e organizados, é interessante destacar ainda que esses processos de redefinição ocorreram em outros campos de organizações sociais que buscavam reivindicações em outras causas (SILVA, 2012).

Nesse contexto de movimentos voltados para a habitação, no início deste século os resultados de amparo por lei a estas causas começavam a surgir, como o estatuto da cidade que se instituiu no país na primeira década deste período, atuando e executando políticas habitacionais de interesse social.

[...] os movimentos pela habitação puseram em evidência também, a necessidade de modificação em torno das políticas públicas de habitação de interesse social, logo, os mesmos adotariam, ao longo do tempo, um caráter dinâmico em suas organizações e atuações, sobretudo nos últimos anos, na busca e construção de um marco legal como o Estatuto da Cidade, instituído no país em 2001. Isso resultou na elaboração e execução de políticas públicas de habitação de interesse social em todo país, mais democráticas e também mais condizentes com a realidade e os anseios dos que lutavam pelo acesso à moradia (SILVA, 2012, p.112).

Para Sales e Torres (2017) nesse conjunto de conquistas e interesses sociais, em seus trabalhos as autoras consideram a participação das mulheres na construção da política de habitação no Brasil, que se configurou nas propostas ocorridas das conferências das cidades “onde possibilitou-se a abertura de um espaço de discussão entre a sociedade civil e o Estado com o intuito de construir alternativas para o alcance de uma cidade para todos” (p.03).

A participação das mulheres nessas conferências trazia questionamentos em relação aos seus direitos, principalmente na garantia da moradia digna e a participação da identidade feminina nestes encontros. É importante destacar que as mesmas reivindicam questões de habitação de forma generalizada, voltadas para diversos tipos de cultura.

Em material preparatório para a V Conferência Nacional das Cidades, realizada em Brasília, no ano de 2013, podemos encontrar os primeiros avanços no reconhecimento do direito das mulheres à moradia digna quando apontam que os programas habitacionais devem considerar, na elaboração das propostas de tipologias construtivas, questões relacionadas a especificidade cultural de diversos grupos, como as comunidades quilombolas e indígenas, mulheres e pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (TORRES; SALES, 2017, p.03).

Para as autoras as conquistas tornaram mais visível nas políticas de habitação, quando se criou o Programa Minha Casa Minha vida, processo oriundo das políticas habitacionais do país e que tem como objetivo atender mulheres em situações de vulnerabilidade, o ano de criação PMCMV ocorreu em 2009, na gestão de Lula (2003/2010).

o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV [...] que tem como centralidade o atendimento das mulheres em situação de vulnerabilidade, conforme demonstra a Lei 11.977 (BRASIL,2009) quando afirma, Art. 3º - Para a indicação dos beneficiários do PMCMV, deverão ser observados os seguintes requisitos: IV – prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar Entendemos que as conquistas até aqui apontadas não foram resultado apenas da nova forma de gerir as políticas públicas no âmbito de um governo popular, mas, principalmente advém da atuação dos movimentos sociais que atuaram na defesa dos direitos de pessoas mais vulneráveis de nosso país, sendo as mulheres as grandes protagonistas desse processo (p.04).

Em relação aos sujeitos que não possuem acesso à moradia, em outras palavras, as pessoas que se encontram vulneráveis, muitas delas encontram-se abrigadas em áreas ilegais, ocupações e em áreas que apresentam grandes riscos de desabamentos, porém

estas pessoas não tem acesso a habitação e não possuem outra saída a não ser se alojar nestas áreas. Esta questão deve ser mostrada através das mídias para conquistar um espaço na esfera pública e ainda alertar para as causas do direito à moradia. Nessa perspectiva, o capítulo seguinte, terá como objetivo identificar os movimentos voltados para as questões da moradia social na cidade de Parintins/AM e entender como eles atuam no contexto das ocupações irregulares.

3 Movimentos Sociais em Parintins-AM: Na Ocupação do Pascoal Alaggio

Neste capítulo será feita uma abordagem com base nas pesquisas de campo para averiguar há a existência de algum movimento social, especificamente na última ocupação de terras na cidade de Parintins-AM, que ocorreu no ano de 2016 e que atualmente é conhecida como a *Ocupação do Pascoal Alaggio*.

Tendo como base nas referências teóricas sobre os movimentos sociais percorridas no capítulo anterior, constituirá ainda sobre as mesmas questões, porém no contexto regional e será feito relatos de algumas dessas organizações que atuam no município e em seguida trabalha-las em um tópico voltados apenas para a questão da moradia social na ocupação Pascoal Alaggio.

Para início destaca-se alguns movimentos sociais existentes no município de Parintins, precisamente serão apresentados três, o primeiro a ser trabalhado é o movimento que ganhou força ao decorrer dos tempos não somente em Parintins, mas em outros lugares do mundo, que, é os das mulheres feministas, do mesmo modo, será feita abordagens relacionadas a gêneros, que é do grupo LGBT, (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais). O segundo, com os movimentos voltados para a questão da falta da habitação social no município de Parintins-AM. E por fim identificar se há existenciais de movimentos específicos voltados para moradia social na ocupação do bairro Pascoal Alaggio.

3.1 Movimentos Sociais no Município de Parintins-AM.

Como mencionado as causas feministas no capítulo anterior, desde as suas gêneses até as pautas e conquistas, agora será feita abordagens mais objetivas, pôs desta vez é de forma mais específica de um determinado lugar, que o mesmo se

denomina no município de Parintins, tendo como bases teóricas e bibliográficas destas ações presente na cidade.

Tendo como base os estudos de Gonçalves, Ferreira e Silva (2018) uns dos primeiros movimentos das mulheres no município de Parintins ocorreu em meados de 1980, por um pequeno grupo de mulheres que tinham uma visão crítica e social em relação ao sistema do modelo patriarcal. E para as autoras é a partir desse momento que surge os primeiros ensaios para pensar numa associação que amparassem as mulheres vítimas de quaisquer tipos de violências.

Sabendo disso nos dias atuais na cidade de Parintins há existência de ações sociais voltadas para o público feminino, e esses grupos são lutas diversificadas, tratando-se das questões de igualdades de direitos, econômicos, defesa etc. Para Soares (2018) em seus trabalhos a autora faz abordagens desses movimentos voltados para as questões das mulheres na cidade de Parintins de formas mais detalhadas e classificadas, organizado em uma tabela destacando os nomes das ações e os anos de criação, as principais pautas, estruturas organizacionais e por fim se os movimentos se consideram feminista ou não.

Dos movimentos trabalhados pela a autora apenas um não considera-se feminista porém outro grupo encontra-se indefinido. Ao todo foram cinco movimentos e três dessas ações se consideram feminista, são eles: Articulação Parintins Cidadã- APC (2003), Associação de Mulheres Vitória Régias de Parintins- AMVRP (2012) e Associação do Movimento de Mulheres da Amazônia- MANI (2010).

Desses movimentos as principais características apresentam nos três grupos é em relação as pautas e a autonomia da mulher, como pode ser observado as seguir: (APC)- Igualdade de direitos, violência contra a mulher e autonomia das mulheres. (AMVRP)- Autonomia econômica, através da geração de emprego e renda para as mulheres. (MANI)- Autonomia econômica e emancipação social das mulheres, Soares (2018).

Para Souza (2013) em relação à violência contra a mulher destacado no parágrafo acima, após muitas décadas de lutas para combater esses crimes, é a partir dessas ações que os movimentos apresentavam ideias para criação de uma associação, que desse suporte para as mulheres vítimas de violências de forma geral.

No que desrespeita os suportes para as mulheres vítimas de violências, é que nos dias atuais o município contém um órgão que o amparam e o mesmo é fruto das

lutas impostas pelas as mesmas desde algumas décadas atrás, com base nos estudos de Souza (2013) no país há aproximadamente 470 delegacias especializadas para o combate desses crimes e inclusive no município de Parintins.

Fruto da mobilização do movimento de mulheres, a Delegacia da Mulher do município de Parintins foi criada com a denominação de Delegacia de Crimes contra Mulher, a Criança, o Adolescente e o Idoso, e hoje recebe a designação de Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher. Sua competência é apurar todo tipo de crime ou contravenção penal previstos no Código Penal Brasileiro cujas vítimas sejam mulheres maiores de 18 anos (SOUZA, 2013, p. 04).

Para os autores Gonçalves, Ferreira e Silva (2018) no que se diz a respeito da delegacia especializada de Crimes contra Mulher os mesmos relatam que o órgão não atende questões voltados especificamente para o público mencionado, pelo fato do departamento atender de forma geral a comunidade parintinense, em especial como foi citado anteriormente os grupos (Criança, Adolescente e Idosos).

A delegacia foi conquistada, porém, não atuou de forma que pudesse suprir as necessidades das mulheres, pois logo ela foi integrada de forma geral para a comunidade, descaracterizando de sua função essencial: o atendimento aos problemas de violências contra a mulher. Fátima Guedes aponta também que um dos maiores feitos do Movimento foi a criação do Conselho Tutelar na cidade, uma conquista para o Movimento. As reivindicações foram atendidas, de forma gradativa, mas que ainda precisam ser ajustadas às necessidades das mulheres e da comunidade (GONÇALVES, FERREIRA e SILVA 2018, p. 12).

Em relação a conquista da delegacia da mulher no município de Parintins observa-se que não ocorreu da forma mais especificada, porém é resultada de luta e resistência de mulheres que buscam seus direitos e ao mesmo tempo trabalham por outras causas desigual existente na sociedade, assim como outros grupos procuram seus espaços. Outro movimento que será abordado nesta pesquisa são alguns grupos (LGBT) “o denominado Movimento LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, (Oliveira, 2020, p. 03)”

Fazendo um breve contexto histórico do surgimento que defende os Direito dos Homossexuais, tendo como base os estudo de Oliveira (2020), o mesmo o correu no continente europeu, no século passado, mais precisamente nas últimas décadas e a principal causa era contra a criminalização da homossexualidade e a luta pelos seus reconhecimentos civis na sociedade.

Com base ainda no autor, quando emergiu esse movimento o Brasil estava vivendo a maior repressão impostas pelo regime militar o que ocasionou a demora dessas organizações internas no país, dificultando essas ações, somente na década de 1980 quando a ditadura foi perdendo forças e os movimentos sociais de forma geral vão se tornando consistente, fortes como também surgem vários grupos a favor das diversidades sexuais.

É neste contexto de lutas, resistências e movimentos que será feita uma discussão sobre estas ações nos dias atuais no município de Parintins, através de análises teóricas e bibliográficas e descrever como estes grupos se manifestam na região e identificar se há registros dessas organizações voltadas com exclusividades para estas questões.

Tendo como base os estudos de Souza, Reis, Oliveira e Souza, (2014, p. 5) segundo os autores há registros de ações voltadas para o público que se identificam com as causas LGBT em Parintins, é a associação (ALGTPIN). “Em Parintins, a Associação de Gays, Lésbicas e Travestis de Parintins (AGLTPIN) foi criada no dia 30 de março de 2007, com o objetivo de defender os direitos dos homossexuais da cidade. A entidade segue as diretrizes das Confederações Nacional e Estadual.”

Com base nos autores no mesmo ano de criação da associação ALGBTPIN, ocorreu também a primeira Parada Gay Pela Diversidade Sexual no município de Parintins, o movimento tinha como objetivo principal reivindicar do parlamento municipal políticas públicas voltadas para as questões dos direitos e da integração do grupo na cidade.

Em relação as manifestações impostas pelos movimentos sociais especificamente dos ALGBTPIM no município ocorrem de formas culturais a fins de combater a discriminação a violência e preconceito, pois são realidades extremamente grandes não somente na região como em todo território nacional, e essas ações tem a finalidade de expor suas identidades a partir da própria orientação sexual.

Em Parintins há ainda manifestações culturais dos homossexuais, que de acordo com organizadores são formas de combater o preconceito. Nessas manifestações, os homossexuais possuem um espaço para apresentar sua identidade a partir da sua orientação sexual, também para reunirem-se para trocar experiências e a comunicação entre os demais (SOUZA; REIS; OLIVEIRA e SOUZA, p. 05).

Em relação a estas ações sociais tanto das mulheres feministas quanto dos movimentos LGBT no município são questões que aos poucos dão pequenos passos para garantir seus direitos na sociedade, percebe-se que suas reivindicações lentamente garantem leis que os amparam, porém há muito direitos a serem conquistados, como, a garantia da casa própria que infelizmente é um problema muito antigo e que por lei é um direito que toda família tenha acesso a moradia com os mínimos de recursos, acessos e infraestruturas.

Sabendo disso o município de Parintins assim como várias cidades do país enfrenta estas questões de falta do acesso há habitação, e o município nas últimas décadas como já foi retratado em uns dos capítulos anteriores foi marcada com grandes ocupações ilegais de terras, por famílias de baixa renda e que não tem subsídios suficiente para pagar uma moradia de forma digna.

Fazendo uma breve análise sobre as ocupações no município, muitas foram integradas as populações que se deslocaram para as terras privadas, mas quem orientou essas famílias a permanecerem nos locais, será que há alguns movimentos voltados especialmente para estas questões? As perguntas para estes assuntos serão feitas através de pesquisa sobre movimentos sociais voltados para a moradia social na cidade de Parintins.

3.2 Movimentos Sociais Voltados Para a Questão da Moradia Popular no Município de Parintins-AM.

Para o início fazendo comparações com as questões dos problemas urbanos, isto é, a realidade de muitas cidades do país e, ocorre devida à falta de planejamento, ou seja, conforme as áreas urbanas vão crescendo os problemas do mesmo modo aumentam. Com base nos estudos de Andrade e Vasconcelos (2014) a cidade de Parintins presencia está realidade desde os tempos passados.

Com base nos autores, a falta de planejamento do crescimento das áreas urbanas no município de Parintins irá resultar na criação de periferias, “áreas desprovidas de serviços e equipamentos urbanos essenciais, invasões, moradias em áreas alagadiças nascem e se expandem constantemente (ANDRADE e VASCONCELOS, 2014, p. 01)”

No que desrespeita as “invasões” citadas pelos autores, esse processo é comum no município e ocorre desde as últimas décadas até os dias atuais, devido ao

crescimento populacional da cidade, no que resultou as ocupações irregulares desde a década de 1990, como foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

Sabendo disso, será discutido a resistência dos ocupantes e pesquisar a existências de movimentos sociais voltados para estas questões na cidade de Parintins-AM. Para Menezes (2017) estas questões no Brasil em relação aos movimentos de luta pelo direito à terra, muitas dessas organizações resultam-se em mortes, ou seja, são lutas extensas e violentas que muitos brasileiros estão dispostos a enfrentar em buscas dos seus direitos como cidadãos.

No caso de Parintins, segundo o autor, não houve vestígios de mortes em umas das primeiras ocupações que ocorreram no município na década de 1990 na área que se predominava a fazenda Itaúna, porém “não se pode afirmar que a luta pelo direito de possuir um pedaço de terra para moradia tenha ocorrido de forma pacífica (p.03)”. Mas é constatada à existência de um movimento social voltado para esse processo no município.

[...] a ocupação da área do Itaúna foi realizada por pessoas das classes menos abastadas que, por não possuírem casa própria, moravam em casas alugadas, junto com os pais ou sogros, e ainda por pessoas que migraram das comunidades rurais localizadas nas cercanias do município em busca de melhores condições de vida (MENEZES, 2017, p. 63)

Em relação a este movimento com base nos estudos de Menezes (2017, p. 3) ocorreu na década de 1990, por pessoas que não possuíam residências na cidade “Dessa forma, no dia 24 de janeiro de 1992, uma população de aproximadamente 600 (seiscentas) famílias, lideradas por Everaldo Batista adentrou nas terras da Fazenda Itaúna,” e para o autor a ocupação na antiga fazenda, contou com o apoio de membros da igreja católica a fins de garantir a posse para as famílias do movimento na área ocupada.

No que desrespeita a igreja católica a mesma atuou junto ao movimento dos ocupantes para assegurar o direito à moradia dos mesmos, ou seja, como já mencionados aqui os autores Comarú; Barbosa, (2019) em relação a participação das pastorais que fazem parte desses movimentos desde as origens de suas criações dos favelados na década de 1970, e estas organizações atuaram no município de Parintins duas décadas mais tarde (1990).

A particularidade desta década na cidade de Parintins trata-se do fato de terem ocorrido três ocupações de terra urbana com a finalidade de

construção de moradia, as três nas terras da Fazenda Itaúna. Por ocasião da primeira invasão que originou o bairro de Itaúna I, os ocupantes da área que não foi negociada pelo município tiveram que se retirar por ordem de reintegração de posse, porém esta retirada não foi definitiva. No ano de 1995, animados pelo sucesso do reconhecimento da legalidade dos lotes concedidos aos ocupantes que construíram o bairro de Itaúna I e fortalecidos por novas perspectivas de conquista, alguns dos ocupantes que haviam sido retirados, juntamente com novos sujeitos, visto que a população continuava crescendo, fizeram nova investida e ocuparam mais uma parte das terras da Fazenda Itaúna, esta ocupação deu origem ao bairro de Itaúna II. Dois anos depois, em 24 de abril de 1997 houve nova investida, que desta vez originou o bairro de Paulo Corrêa. A ocupação do que hoje corresponde ao bairro da União viria a ocorrer somente na próxima década, no ano de 2009 (MENEZES, 2017, p.77)

Sabendo disso o autor relata que a igreja católica logo esteve à frente para então dar suporte para os ocupantes principalmente nas três primeiras ocupações registradas no município de Parintins e que nos dias atuais predominam-se nos Bairros de Itaúna I e II e Paulo Corrêa, para o autor estes bairros são habitados por maioria de famílias carentes que, realmente necessitavam de terras, para afins de conterem uma moradia com dignidade, logo com os recursos mínimos de saúde, educação, saneamento básico etc.

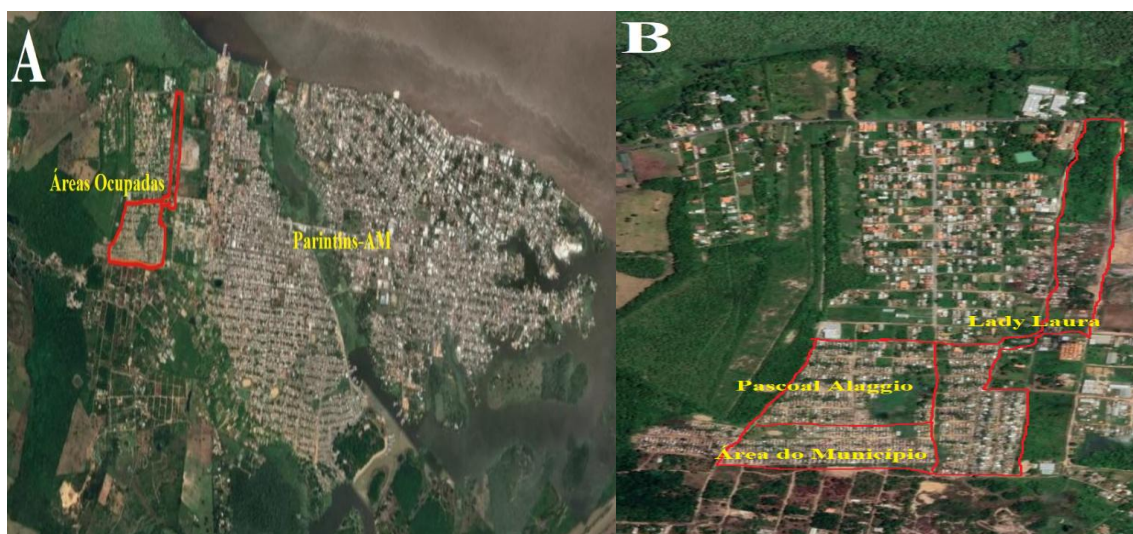
A Igreja Católica foi uma das primeiras instituições a envolver-se no movimento, primeiramente prestando assistência básica, arrecadando roupas, cobertores, alimentos, e remédios. Em seguida envolveu-se diretamente nas diversas manifestações de defesa do direito à moradia para os ocupantes nos meios de comunicação. Padre Gino Malvestio, pároco da paróquia de São José, onde estava localizada a área do Itaúna, tornou-se um dos membros da comissão de negociação para a efetivação das famílias na terra da antiga “fazenda Itaúna” (MENEZES, 2017, p. 73)

As últimas ocupações do município de Parintins Foram as do Bairro da União (2009) e a mais recentes das áreas do Pascoal Alaggio que ocorreu no ano (2016), sabendo disso será construída uma pesquisa específica se há a existência de algum movimento social voltado para os moradores da recente ocupação.

A ideia inicial é fazer uma pesquisa de campo para coletar as seguintes informações, se além da existência de movimentos sociais, procurar saber: como eles atuam; quais os passos eles deram para iniciar; quantas pessoas fazem parte desse movimento, se algum político os apoiam e como acham que são vistos pela sociedade, para começar, será feita um breve análise desde a o surgimento da ocupação.

3.3 Movimentos sociais em Parintins-AM: Na ocupação do Pascoal Alaggio

Para a compreensão da existência de ações sociais na ocupação, primeiramente será feita uma abordagem desde a sua gênese, com base nos relatos dos moradores da ocupação do Pascoal Alaggio, que iniciou-se no ano de 2016, por um pequeno grupo de pessoas que já ocupavam uma área da cidade de Parintins-AM, chamada Castanhal, que insatisfeitos com o local que se encontrava e, devida à dificuldade em limpar o espaço e pela incerteza de uma possível legalização das terras, se deslocaram para um dos loteamentos do Pascoal Alaggio conhecido como Lady Laura.



Figuras 01: Imagens de satélite é do município de Parintins-AM e a localização das áreas ocupadas (A); Mapeamento detalhado das áreas ocupadas no Pascoal Alaggio (B).

Fonte: Google Earth

No mapa (B) observa-se que a ocupação está dividida em três áreas, além das terras do Pascoal Alaggio, as outras que formam o espaço são; área que pertence ao município e o Lady Laura. Para o sujeito Ribeiro (38 anos), que o mesmo é um dos líderes atuais informou que naquela época (2016) as pessoas ocupavam as antigas casas populares, porém, com o aumento acelerado dos ocupantes, iniciaram a divisão das áreas por lotes, e assim deram início na construção de seus barracos e casas.



Figura 2:

Fonte: Jean Beltrão

Tendo como base Beltrão (2016) A ocupação do Pascoal Alaggio ocorreu na metade do Ano de 2016, numa sexta-feira do mês de junho, mais precisamente no dia 03, por um grupo de aproximadamente 100 famílias, e alguns dias depois os números de famílias aumentou para um número superior a quatrocentos, totalizando uma margem de mil pessoas nas áreas.



Figura 3:

Fonte: Jean Beltrão

Em relação a data de início da ocupação, em entrevista com alguns sujeitos que ali estão habitando desde a chegada ao referente local, relatam que está se iniciou de fato no dia dois de junho e não no dia três como consta-se nas matérias jornalísticas, com base nos relatos de Guimarães: (sujeita entrevistada).

[...] a gente entrou aqui no dia seis (6), a ocupação foi no dia dois (2) de junho no dia seis eu cheguei aqui, três dias depois mas da associação eu comecei a fazer parte, dia sete (7) de fevereiro [...] de, 2017 que a gente se

reuniu né, pra fazer a associação e no dia dezessete (17) já estava formada” (Guimarães, entrevista, 2022)

A senhora Guimarães (48) anos é umas das representantes do movimento dos moradores que foi criado no ano de 2017, por pessoas internas da ocupação. Como aponta uma das pessoas presente no local, que após a suspeita da reintegração das terras os líderes antigos saíram, no entanto, outros sujeitos se manifestaram e foram atrás de apoio em buscas de orientações para criarem uma associação CABRAL, (moradora entrevistada).

Para Costa e Maia (2010) em relação as associações de moradores ou de um determinado bairro a mesma tem como a finalidade agir de forma organizada através de lideranças de uma determinada comunidade para representar um grupo de pessoas com interesses comum. E em relação a organização compara-se com a fala do sujeito Ribeiro, que o mesmo diz: “Teve sim uma organização. Desde o começo teve uma organização. A organização começou a partir do momento que a gente entrou na defensoria pública. No entanto, a defensoria pública e a organização de bairro”

Observava-se nos relatos dos sujeitos que a ocupação do Pascoal Alaggio ocorreu, de forma organizada, ou seja, ações que originaram um movimento social criados pelos próprios moradores que aconteceu através de orientações externas, ou seja os líderes logo buscaram informações para continuarem na luta para garantir seus espaços na sociedade e garantir suas moradias.

Lutas estas que com base na matéria de Ferreira (2019) os representantes do Movimento cobram das autoridades municipais soluções para a regularização das terras ocupadas, esse encontro geralmente ocorre na Câmara municipal do município e as principais questões solicitadas pelos líderes são em relação a serviços públicos, de saúde, segurança ou até mesmo ações sociais.

Em relação a estas lideranças da ocupação, sabendo da existência dos mesmos, foi feita uma entrevista com dois representantes que estão ligados a este movimento, são elas as sujeitas Guimarães (48 anos) e Cabral (43). Em relação ao movimento predomina-se em uma associação criadas pelos moradores, como já foi discutido, com base na fala de Guimarães, a associação foi criada no ano de 2017, é legalizada possui CNPJ e o nome do movimento é *Associação de Moradores Unidos Por Uma Moradia Melhor* (AMUMM).

A mesma é uma das representantes do movimento e atua como a primeira tesoureira, “aí vem a primeira tesoureira que sou eu né, e a dona Maia é a minha vice aqui, aí vem o primeiro conselho fiscal com a Dona Cabral (Guimarães)”. A segunda sujeita entrevistada é a Cabral, cuja sua função é a de fiscalizar o trabalho em geral que é feito no movimento dos moradores da ocupação.

Tendo como base essas informações, o objetivo principal desse trabalho é procurar saber do movimento, 1º como eles atuam diretamente na ocupação, 2º quais passos os representantes deram para dar início ao movimento, 3º procurar saber quantos indivíduos fazem parte desta organização, 4º se têm apoio político ou externo, 5º e por fim, como acham que são vistos pela sociedade. Ou seja, através destas análises chegar à conclusão de como esse processo se estruturou na ocupação do Pascoal Alaggio.

Para início, com base nas falas das sujeitas entrevistadas, em relação a desempenho do movimento na ocupação, para Guimarães, eles atuam em busca da conquista das terras, principalmente para aqueles que residem nas áreas desde a gênese da ocupação, esta é a principal causa da organização social existente no bairro.

[...] a nossa luta é mais aqui é a favor dos moradores que estão morando desde o início e a maior força mesmo que a gente faz que a gente luta por eles é para ganhar essa terra aqui que a gente vai, faz levantamento todo ano pra ver se é os mesmos moradores, quem já saiu, quem já foi embora, quantas crianças quantos idosos, quantas grávidas tudo isso a gente faz todo o ano né pra saber, porque de vez enquanto pergunta aí a gente já tem os dados. (Guimarães, entrevista, 2022).

Em relação a estes levantamentos e controles dos moradores (números de famílias) feitos pelos os líderes do movimento, logo está sobre a responsabilidade do Presidente da Associação, (sujeito não encontrado para a entrevista) e segundo Guimarães até o presente momento o movimento encontra-se sem vice-presidente, devida o pedido de afastamento por motivos de saúde do ex-presidente levando o vice e atual presidente à ocupar o cargo.

Observa-se a presença de organização feitas por agentes internos da ocupação e sabendo disso em relação ao primeiros passos que os mesmo deram para iniciar o movimento, será feita uma comparação entre as duas sujeitas entrevistadas: a primeira é com base no relato de Cabral, que conforme a primeira reintegração de posse das terras por parte dos donos, as antigas lideranças logo desistiram, logo então

outros moradores resistiram e se reuniram, buscaram forças externas e foram orientados a criarem uma Associação.

“[...] se reuniu eu [...] e mais a outra vizinha aqui de traz também que se reuniu e fomos, nós fomos atrás do seu [...] pra ver como é que a gente fazia uma associação pra poder entrar dentro do fórum, foi assim que foi entendeu?” (Cabral, entrevista 2022). Para Guimarães, a mesma não deixa clara esta versão, porém algumas questões se encontram.

Para a sujeita entrevistadas no início da ocupação existia vários líderes, devida as áreas serem extensas, e em cada parte contava com a presença de aproximadamente dois representantes, (áreas de cima, áreas de baixo, área do município) ao todo a entrevistada a pontou sete sujeitos e que todos os dias cada um dos representantes frequentavam o fórum para procurar saber como ocorria o processo das terras. “[...] aí a doutora disse que era melhor a gente fazer uma associação pra gente “sente” quisesse conseguir ganhar aqui a gente teria que fazer uma associação, tudo legalizada pra poder a gente lutar pra... foi aí que surgiu mesmo.” (Guimarães, entrevista, 2022).

Em relação a “doutora” citada pela sujeita, na verdade é promotora, corrigida pela a mesma, e observa-se ainda que para a sujeita Cabral afirma que os mesmos (líderes) foram atrás de como engendrar uma organização para fins de matos nas áreas ocupadas e para a Sujeita Guimarães logo afirma que foram orientados pela promotoria de justiça, ou seja, é a partir desse momento que se iniciou a criação do movimento.

Com o início da criação do movimento contou com a presença de alguns representantes que se disponibilizaram a atuarem a frente desta organização, com base nas falas da sujeita Cabral relata que no início, após a criação da organização ao todo era 10 sujeitos que completavam a associação, AMMUM e nos dias atuais esses representantes totalizam 9 pessoas, devida a carta de renúncia do primeiro presidente.

Continuando a entrevista com as sujeitas do movimento, em relação na questão se está organização conta com algum apoio político ou algum tipo de ajuda externa logo para uma das sujeitas afirma que não, nunca houve. “Vou dizer com toda a sinceridade, nós não tivemos apoio de político nenhum pra ficar aqui infelizmente, nós fiquemos Deus a dará e estamos até agora Deus a dará, nem governo, nem prefeitura nem ninguém veio [...] tentar resolver nossa situação” (Cabral, entrevista, 2022).

Até agora não, a gente tinha, todos os que a gente fomos atrás eles sempre botaram dificuldades, assim né, eles falam que é difícil por causa que o dono da terra é amigo, é uma terra particular então eles não podem se envolverem muito, até o próprio [...] nunca falou pra gente, deu uma resposta, só nós mesmo. (Guimarães, entrevista, 2022).

Com base ainda no relato da sujeita, a Secretaria de Assistência Social e Trabalho (SEMAST) tem dado apoio logo em ações sociais, que, no entanto, algumas lideranças do movimento se disponibilizam para solicitar ajuda principalmente para as famílias mais carente para entrega de sextas básicas ou atuarem na solicitação de doação de kits para bebês, ações estas voltadas para as mulheres grávidas.

E por fim, como acham que são vistos pela sociedade? Em respostas das sujeitas entrevistadas responderam de forma negativa, principalmente no começo da ocupação “acho que nós não somos bem visto não né, porque dá feita que toma do que é dos outros né praticamente se hoje eu estamos aqui [...] é porque a gente não tem aonde morar” (Cabral. Entrevista, 2022).

Para Guimarães, em entrevista a sujeita relata que no começo principalmente a sociedade os discriminavam “a gente luta muito pra ser reconhecido, mas a sociedade olhava de um jeito muito ruim pra gente, chamavam de... vários nomes né, Bandidos, Tomador de Terras dos Outros, invasores, era tudo isso né.” (Guimarães, entrevista, 2022).

A sujeita ainda relata que nos dias atuais os ocupantes não são mais taxados desta forma, a mesma acha que talvez possa ser pelo fato do passar dos anos que a ocupação irá registrar seis anos de existência, porém no início era muito difícil lidar com estas questões, mas que todo o esforço foi valido e muitas famílias resistiram a todos os tipos de humilhação na garantia da “conquista” por uma moradia.

Considerações finais

Neste trabalho reflete-se sobre as importantes ações desempenhadas pelos movimentos sociais de luta por moradias, ações estas que simboliza luta resistência e direitos que muitas famílias que não possuem subsídios suficientes para obterem acesso a uma moradia digna com os mínimos recursos básicos de infraestruturas e saneamento,

embora é um direito de todo cidadão brasileiro ter acesso a habitação, como consta na constituição de 1988.

A Constituição Federal de 1988, estabelece que a moradia é um direito de todos, mas não basta morar é necessário que haja moradia digna com infraestrutura, saneamento básico, transporte coletivo, educação, lazer etc. No entanto, a realidade é outra, muitas pessoas não possuem o mínimo para viver uma vida digna, tão pouco de um espaço para habitar, é por este e por outras motivações que indivíduos com os mesmos interesses se unem para lutar por seus direitos na sociedade.

A falta de moradia faz com que muitas famílias ocupem as áreas privadas ou as ambientais, sendo que em vários casos abrigam-se nas áreas de risco e infelizmente estas pessoas são criticadas por estarem arriscando suas vidas se abrigando nesses espaços, mas como seres humanos temos que refletir que estes indivíduos não estão nessas áreas porquê querem, estão vivendo obrigados, humilhados, esquecidos pelo poder público e principalmente pelas várias políticas habitacionais criadas que não resolveu esta problematização que é a falta de moradia para a população do país.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE. L.G; VASCONCELOS. B, R, de; **EXPANSÃO URBANA: uma análise da ocupação urbana na cidade de Parintins – AM**, 2014.
- BELTÃO, J. **Pascoal Alaggio e lady Laura voltam a ser ocupados**. Disponível em: <https://reporterparintins.com.br/?q=276-conteudo-69495-pascoal-alaggio-elady-laura-voltam-a-ser-ocupados>. Acesso em 27 de Dezembro de 2021.
- BITENCOURT, A, C. R, **Memoria do Município de Parintins: estudos sobres sua origem e desenvolvimento moral e material**, 2001.
- CAMINHA, J. V. Sobre as ocupações urbanas e suas potencialidades como comum. In: **XV Coloquio Internaciaonal de Geocrítica**. Barcelona, 7-12 de mayo de 2018.
- CARVALHO, R. dos. A; BARTOLI, E. **A Expansão Urbana de Parintins: produção do espaço, agentes e processos socioespaciais**, 2017.
- CALDART. R, S. **O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo**, 2001.
- COMARÚ, F; Barbosa, B: **Movimentos Sociais e Habitação**, 2019.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo, 2004.
- COSTA. O, D; MAIA. E, de, S; **Associações comunitárias: Guia prático e dúvidas frequentes**, 2010
- DAMIÃO, A. P. **Espaço Urbano, Produção do espaço e segregação socioespacial: o espaço urbano capitalista e o caso de Marília/SP**, 2014.
- Egêa. A, P. **Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): história, objetivos e sua confluência com os períodos políticos de FHC (1995-2002) e LULA (2003-2010)**, 2014.
- FERREIRA, C: **Moradores da Ocupação Pascoal Alaggio Pedem Ajuda da Câmara de Parintins**. Disponível em: <https://parintinsemdestaque.com/moradores-da->

[ocupacao-pascoal-alaggio-pedem-ajuda-da-camara-de-parintins/](#). Acesso em 16 de abril de 2019.

FREITAS, T. M. de. **A produção do Espaço Urbano**: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama/DF: Code, 2011.

FORTUNATO, B; SCHONARDIE, E.F. **Ocupações Irregulares**: conflitos entre o direito à moradia e a responsabilidade civil do estado por danos ambientais, 2015.

GOHN. M. da, G. Os movimentos e as lutas do período de 1964 a 2004 em São Paulo, (2004).

GOHN. M. da, G. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**, 2011.

GONÇALVES, E. de. F. M; Ferreira, G. G. **As lutas sociais no Brasil**: da ditadura ao governo Lula, 2013.

GONÇALVES. I, P, B; FERREIRA. A, da, S; SILVA. P, R de, L. **“NÓS ÉRAMOS TIDAS COMO MULHERES RADICAIS”**: o movimento das mulheres em parintins (1980-1990), 2018

LAVORATTI, L. **Direito só no papel**: falta de moradia afeta milhões de brasileiros, muito mais que um simples teto. Disponível em: <www.ipea.gov.br/desafios>. Acesso em 02 de abril de 2021.

LOPES JÚNIOR, W. M.; SANTOS, C. B. dos. **Reprodução do espaço Urbano e a Discussão de Novas Centralidades**, 2010.

LUZTOZA, R. E. **Uma Reflexão Sobre a produção do Espaço Urbano**, 2012

MARICATO, E, **Metrópole, Legislação e Desigualdade**, 2013.

Marques, M. C; Xavier, K. R. N. **A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil**, 2018.

MENEZES. L, de, S; **OCUPAÇÃO, CONFLITOS E CONQUISTAS: A LUTA PELO DIREITO A TERRA PARA MORADIA E A FORMAÇÃO DO BAIRRO DE ITAÚNA I/PARINTINS-AMAZONAS**.

MOLINA, S. C. **Os Movimentos Sociais e a Ditadura Brasileira (1964-1985)**: considerações sobre a participação da ordem dos advogados do Brasil, 2014.

MOTA, L.D. **A Questão da Habitação no Brasil**: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade, 2011.

NEGRI, S, M; **Segregação Sócio-Espacial**: alguns conceitos e análises, 2008

OLIVEIRA. G, de; **A HISTORICIDADE DO MOVIMENTO LGBTQIA+**: os direitos sexuais e a discussão sobre cidadania, 2020

OLIVEIRA, J. A.; SOUZA, C.G. **A Produção da Habitação Numa Cidade Amazônica**, 2019.

PESSANHA, E. G. DA F. ARTUR, K. **Direitos trabalhistas e organização dos trabalhadores num contexto de mudanças no mundo do trabalho: efeitos sobre os trabalhadores da saúde**, 2013.

PRIORI, A; POMARI, L. R; AMÂNCIO, S. M; IPÓLITO, V. K. **A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais**, 2012.

Rodrigues, E. L. **A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia**, 2013.

SALES, A. do A; Torres, I. C. **A atuação das mulheres na luta por moradia: um olhar sobre o movimento orquídeas em Manaus**, 2017.

SILVA. A, da; Nunes. A dos, S; Ottani. A, P. **Origem e a evolução das relações de trabalho no Brasil**, 2018.

SILVA. C, F. **A contemporaneidade dos movimentos sociais Sem Teto: conquistas sociais e políticas públicas em um projeto autogestionado de mutirão habitacional em Recife**, 2012.

SILVA. K. G, da. **Mídia, esfera pública e a luta por moradia: uma análise comparativa da cobertura da folha de São Paulo sobre as ocupações de imóveis ociosos e o conselho municipal de habitação em São Paulo**, 2017.

SILVA, R. C. N. da; MACÊDO, C. de S. **A Urbanização Brasileira**. Rio Grande do Norte; Paraíba: Programa Universidade a Distância, 2009.

SILVA, T.C.; VEIGA, D. A. M. **As relações na produção do espaço urbano**. In: **Geopauta**, vol.3, núm.2, p. 142-147, 2019.

SOARES. D, B; **ELOS X NÓS: encontros e desencontros entre poder público e movimentos de mulheres em parintins/am**, 2019

SOUZA. D, C, M, de; **DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA A MULHER: uma análise do atendimento às mulheres em situação de violência no município de Parintins**, 2013

SOUZA. K, M, de; REIS. C, H, M; **OLIVEIRA. I, M; SOUZA. R, B, R de: O Terceiro Sexo – Uma Abordagem Social e Cultural da Homossexualidade em Parintins**, 2014

SOUZA, N. D, de. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM):** evolução e transformação, 2013.

WOITOWICZ. K, J; PEDRO. J, M: **O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile:** conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo, 2009.